

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ARTICULAÇÕES NO COTIDIANO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO SUL/ACRE

Pierre André Garcia Pires*
Wendell Fiori de Faria**

RESUMO: Este trabalho se propôs analisar de que forma é realizada a construção do projeto político-pedagógico da escola, bem como a forma de vivência da proposta de Educação Ambiental no momento de sua elaboração em uma escola estadual, em Cruzeiro do Sul estado do Acre, Brasil. Os dados foram coletados através de: aplicação de questionário, análise documental (regimento, plano de desenvolvimento da escola e o projeto político pedagógico), conversas/observações informais. Foram sujeitos desta pesquisa um grupo de dez informantes (nove profissionais da escola e uma mãe). Todos os profissionais apresentam qualificação adequada para sua área de atuação na escola. Para realização da análise foram criados quatro pilares que surgiram como base através da interpretação dos dados: concepções e práticas da Educação Ambiental; Educação Ambiental e seu referencial para a escola; a Educação Ambiental e o trabalho coletivo e Educação Ambiental e o projeto político-pedagógico: uma articulação possível. Ao observar o processo de construção do projeto político pedagógico, posso afirmar que se constitui num momento de se trabalhar no coletivo, mas que necessita do comprometimento de todos os envolvidos para que suas ações sejam elaboradas e executadas. Dessa forma, o projeto político pedagógico passa a ser a própria identidade da escola. O processo de sua construção constitui um momento para que ocorra a Educação Ambiental, devendo essa ser vista como um processo de interação entre os envolvidos, ou seja, a coletividade.

PALAVRAS CHAVE: Educação ambiental. Projeto político pedagógico. Trabalho coletivo. Interação.

* Mestre em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Professor Assistente I da Universidade Federal do Acre - UFAC. Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. E-mail: pierreufac@gmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade de Tuiuti do Paraná. Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Professor Assistente I da Universidade Federal do Acre - UFAC. Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. E-mail: professorfiori@gmail.com

Recebido

THE ENVIRONMENTAL EDUCATION AND PEDAGOGICAL PROJECT: ARTICULATIONS IN THE QUOTIDIAN IN A SCHOOL IN CRUZEIRO DO SUL/ACRE

ABSTRACT: The purpose of this work is the analysis on the construction of the school's political-pedagogical project, as well as about the proposal of Environmental Education, when it was established at State School, in Cruzeiro do Sul, Acre State, Brazil. Data were gathered by means of questionnaire, documental analysis (regulation, school's development plan and political-pedagogical project), informal contact and watching. Ten informants (nine school professionals and one student's mother) participated as subjects in this research. All of them fulfill the requirements on their field of work at school. The analysis was based on four points that emerged as from the reading of data: concepts and practices of Environmental Education; Environmental Education and its reference for school; Environmental Education and collective work; Environmental Education and the political-pedagogical Project: a possible articulation. As from watching the construction of the political-pedagogical Project, I can state that it is the opportunity for the collective work, but it requires the commitment of all people involved in it, so that the actions are taken and completed. Therefore the political-pedagogical project becomes the school's identity itself. The process of construction of the political-pedagogical project is the appropriate moment for Environment Education, and this one must be considered as a process of interaction among people involved in it, i. e., the collectivity.

KEY WORDS: Environmental education. Political-pedagogical project. Collective work. Interaction.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES UMA INTRODUÇÃO

Cabe salientar a relevância das temáticas sobre o projeto político-pedagógico e a Educação Ambiental como algo indissociável, fazendo-se presente constantemente na escola, espaço esse do trabalho coletivo.

Considerando a importância de ambos na discussão da atualidade, apresentamos como problema de pesquisa a indagação: de que maneira é realizada a construção do projeto político-pedagógico, bem como a vivência da proposta da Educação Ambiental no momento de sua elaboração?

Essa pauta gerou as seguintes questões, que pretendo responder na pesquisa: De que forma o projeto político-pedagógico pode contribuir para a escola trabalhar as questões ambientais no seu cotidiano? Os atores do âmbito escolar reconhecem em suas práticas a presença da Educação Ambiental? Como contemplar no projeto político-pedagógico da escola a Educação Ambiental na perspectiva de romper com as práticas pontuais, fragmentadas e desarticuladas (campanhas, dias comemorativos etc...)? No âmbito escolar a Educação Ambiental é relacionada com o trabalho coletivo? E existe uma referência comum para a rede pública estadual em relação ao trabalho de Educação Ambiental?

Frente à pauta de pesquisa e às questões que a norteiam temos como objetivo principal desse estudo: buscar a percepção de que concepções de Educação Ambiental perpassam no momento de elaboração do projeto político-pedagógico.

Para atingi-lo propusemos os seguintes objetivos específicos: levantar a concepção de Educação Ambiental do grupo em estudo; identificar as formas como ocorrem a Educação Ambiental, e analisar como foi construído o projeto político-pedagógico, nele buscando as informações sobre a Educação Ambiental.

O estudo foi realizado numa escola da rede estadual, em Cruzeiro do Sul (AC), escola essa de ensino fundamental, localizada num bairro de classe média do município. A coleta de dados nessa escola aconteceu através de análise documental, observações informais e aplicação de questionário com questões abertas e fechadas. A pesquisa está caracterizada como de cunho qualitativo do tipo estudo de caso.

A organização e a coleta de dados foram de forma descritiva, usando os dados que caracterizam os pesquisados para que sejam relevantes na contextualização e compreensão dos fatos. Aqui entra a importância de o pesquisador ser capaz de abstrair, de relacionar e fazer inferências partindo do que ouviu, observou-se que ficou implícito nas respostas dos informantes.

Creemos que a finalidade do ensino está ligada a uma construção coletiva, sendo assim, percebemos a aprendizagem mais prazerosa e interligada a uma proposta metodológica entre disciplinas e seus educadores. Acreditamos também ser necessária uma aproximação entre a temática ambiental e a educação, numa nova reformulação de saberes. Assim, Guimarães (2002, p. 32) afirma: “[...] em processo de EA associar, a atitude reflexiva com a ação, a teoria com a prática, o pensar com o fazer, para realizar um verdadeiro diálogo, bem como define Paulo Freire em sua proposta educacional; ou seja, ter a práxis em EA.”

Desta forma, a Educação Ambiental (EA) vai ao encontro da educação libertadora preconizada por Freire (1980) em seus escritos, pois defendemos que a mesma deve se dar através da interação de sujeitos, na qual a discussão, a troca de experiências e as vivências dos envolvidos irão proporcionar momentos de EA, pois a percebemos como um momento coletivo. Sato (2002, p. 30), sobre a EA na filosofia freireana, diz:

A pedagogia de Paulo Freire, libertadora e humanista (e não humanitária), pode ser transportada à EA em duas fases: A primeira fase deve considerar a possibilidade de transformar as sociedades através das ações participativas e políticas dos estudantes; Na segunda fase, a pedagogia escolar cessa e tende a se transformar na pedagogia humana, num processo permanente de libertação. A descoberta da “libertação”, no entanto, não pode ser puramente intelectual, ela deve envolver a ação com a reflexão, a qual Paulo Freire chama de práxis.

Destacamos, também, Ribes (2002, p. 76) em relação ao papel da instituição escolar nesse processo: “O papel da escola como agente de educação é fundamental na elaboração de uma relação saudável que traga benefícios para ela como instituição, para todos os seus componentes humanos, mas também para o meio ambiente como um todo, local e global.”

Acreditamos que todos devem ter o comprometimento de agir e refletir, para que a proposta sugerida entre a temática ambiental e a educação ocorra percebendo que a coletividade deve fazer parte desse processo para ir além do “ambiente natural”, ou seja, a visão ainda fechada que existe em relação a essa temática.

A EA tem sido discutida intensamente nas últimas décadas, mas em quase todos os discursos está diretamente associada à preservação da natureza. Muitos indivíduos, sobre a problemática da EA, a relacionam somente a essa, não percebendo muitas vezes a amplitude de seu significado e esquecendo que o próprio homem é a natureza, pois se transforma, sofrendo ações do meio, de si mesmo e do outro.

Porém, acreditamos que a EA deve ser vista como a própria educação; com isto, percebemos que não apenas direcionada para ensino formal, mas também com olhares para o ensino não-formal, sendo assim capaz de se tornar instrumento de tomada de consciência para ações que levem além da práxis pedagógica. Em relação ao ensino formal, Sato (2002, p. 24) descreve:

Neste contexto, o ambiente não pode ser considerado um objeto de cada disciplina, isolado de outros fatores. Ele deve ser abordado com uma dimensão que sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biólogos, sociais e culturais dos seres humanos. A EA tem sido identificada como transdisciplinar, isto é, deve permear todas as disciplinas do currículo escolar.

Na Conferência Mundial para tratar da EA, realizada em Moscou em 1987, reafirmaram-se os princípios preconizados em Tbilisi, ampliando a proposta de EA, abrindo expectativas de ocorrer um processo amplo em sua proposta. Guimarães (2002, p. 26), complementa esta questão:

A EA se concebe como um processo permanente em que os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e, também, a vontade capaz de fazê-los atuar individualmente e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente.

Anteriormente a essa conferência de Moscou em 1987, destacamos que a EA começou a ser redefinida a partir da Conferência de Estocolmo (1972) e da Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), pois sua interpretação acontecia somente relacionada a questões referente à flora, fauna, poluição, ou seja, a própria preocupação com a degradação e conservação do meio.

Sato (2002, p. 23) ainda afirma:

A necessidade da maior abrangência dos objetivos da EA dentro da multidimensionalidade relacionada à questão ambiental foi influenciada pela rápida deterioração da qualidade de vida do planeta. A partir das conferências de Estocolmo (1972) e de Tbilisi (1977), a literatura tem enfatizado a importância da redefinição da EA, conduzindo diversos profissionais, de diferentes áreas, a interagirem, centralizando as discussões da mesma dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

Percebemos que um número significativo de pessoas tem buscado alternativas para superar as crises socioambientais causadas pela sua própria ação, muitas vezes de forma consciente outras inconscientes. Ele tem esquecido o seu lado humanizador, em prol de um mercado capitalista que exige a competitividade como objetivo principal nos últimos tempos. Guimarães (2002, p. 13), destaca:

Criou-se com isso uma sociedade consumista de recursos capitais e bens. O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende uma ilusão alienante de crença na viabilidade desse modelo, que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária ou até mesmo pela grande maioria das nações existentes.

Reigota (2003) afirma que o problema da EA não está na quantidade de pessoas que habitam o planeta e que cada vez mais precisam consumir, mas que a problemática encontra-se em uma pequena parte da população que precisa consumir estes recursos, ocorrendo desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida.

Registra, ainda, que “[...] a EA deve ser entendida como uma educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza,” (2003, p. 10). Dessa forma, uma luta por ideias que nos levem a um consenso, que colabore com todos sem termos vantagens individuais, mas sim coletivas.

Sendo assim, a EA vem ao encontro da Educação Libertadora proposta por Freire (1980), pois, como processo formador de agentes de transformação, exige uma tomada de consciência e um repensar sobre suas práticas.

Sato (2002) descreve que o primeiro conceito de EA apareceu em 1971, apresentado pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), como conceito internacional que enfatizava aspectos ecológicos de conservação, mas, as conferências de Estocolmo (1972) e de Tbilisi (1977) procuraram ampliar essa definição:

A EA é um processo de reconhecimento de valores e classificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A EA também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (SATO, 2002, p. 23-24)

A EA é uma proposta que procura resgatar o lado humanizador do indivíduo buscando, através de suas relações, estar em constante harmonia com o meio dessa forma, acreditamos que o processo de interação entre homem e meio deve ser constante desencadeando ações de ordem política, econômica e social que melhorem ou conservem esse meio. Quando utilizamos o termo *meio* nos referimos a *meio ambiente*, mas não somente ligado à natureza e sim a todo o contexto onde o ser humano se encontra. Utilizamos esse termo aqui por acreditarmos ser redundante a expressão meio ambiente, pois se faço parte do ambiente estou fazendo parte do meio e vice-versa.

Para dar conta da EA, várias políticas públicas estão surgindo, seja através de órgãos governamentais ou de organizações não-governamentais. A criação de políticas públicas vem ao encontro de alternativas que possam auxiliar/melhorar as condições de vida da sociedade e dentro desta, seu direcionamento muitas vezes para as camadas sociais excluídas ou menos favorecidas.

As ações desencadeadas pelas políticas públicas visam desenvolver um espírito de coletividade numa busca de alternativas que venham superar dificuldades encontradas/criadas pela sociedade. Mas muitas vezes, apresentam estas a ideologia da classe dominante, pois toda política emana muitos atos de decisão e de poder de uma classe privilegiada.

Através desta prática surgirá a necessidade de conhecer e refletir sobre o lugar onde vivemos para pensar e elaborar ações que visem à melhoria do contexto socioambiental do qual fazemos parte, desvelando os elementos e as relações formadoras deste lugar. Reigota (2003, p. 21), define esse lugar como meio ambiente:

[...] um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

Esse conceito nos faz entender meio ambiente como um todo sistêmico constituído em sua base natural por todos os aspectos biológicos e físicos (CAPRA, 2001). Para orientação, compreensão e utilização desses recursos, contamos com as dimensões socioculturais e econômicas as quais definem as orientações e os instrumentos conceituais e técnicos. Por isso, o meio ambiente não deve ser considerado apenas “como a própria natureza” e sim que esta faz parte desse, assim, é o próprio lugar de integração entre homem/homem, homem/meio e homem/cosmo.

O ser humano, na busca de um pseudodesenvolvimento, provoca exclusão social, miséria, subemprego, injusta e desigualdade distribuição de renda; nas palavras de Ferreira (2005, p. 103) “os de renda muito elevada [...], embora numericamente reduzidos, dispõem de grande poder de compra e influência política e social.”

Ainda citando Ferreira (2005), o modelo econômico vigente privilegia o lucro desregrado, gerando problemas ambientais que comprometem tanto a saúde da população como os próprios recursos naturais que muitas vezes são explorados de forma discriminatória, podendo causar desequilíbrios ambientais no ar, nas águas, no solo, no meio sociocultural. Sendo assim, percebemos mais uma vez a importância da coletividade para tomadas de decisões mais eficazes que atinjam um número expressivo de indivíduos.

Precisamos investir construção de mudança de mentalidade, de valores, de atitudes assumindo uma nova postura frente às questões ambientais. A EA, diante do exposto, assume papel fundamental para a transformação da sociedade e das relações homem/restante da natureza. Para isso acreditamos que é um processo longo e contínuo de reflexão onde a tomada de consciência deve estar presente em todas as discussões dos segmentos da sociedade.

A EA não deve ser vista somente com questões relacionadas à natureza, extra-homem, sua fauna/flora e as degradações que acontecem em seu meio - sendo esquecidas as relações sociais, o trabalho coletivo e os meios que possibilitem a sua conscientização. Acreditamos que existem várias propostas, mas estas ficam subtendidas, não apresentando clareza muitas vezes a quem lê, ocasionando assim essa visão fechada. Brügger (2003, p. 89), sobre a má interpretação da EA, alerta que a proposta poderá ser outra:

A necessidade de uma educação verdadeiramente ambiental para todos, poderá ser transformada em um instrumento para a adequação a uma ordem crumentemente

mercantilista. Dependendo das leituras de “desenvolvimento sustentável” que se possam fazer (e como temo que seja a instrumental) a “EA” torna-se realmente uma necessidade de mercado e, com isso, de adestramento.

A busca de uma melhor qualidade de vida está ressaltada, também, na Política Nacional de EA (BRASIL. Lei 9795/99) a qual entende EA (Art. 1º) como:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade.

O caráter formal e não formal da EA é sugerido através da articulação do processo educativo em todos os níveis e modalidades, de formas integradas, contínuas e permanentes, sem a implantação de uma disciplina específica no currículo de ensino da educação básica, ou seja, todos trabalhando de maneira multidisciplinar. Mas, Reigota (2002, p. 79) discorre que no passado a EA quase fez parte do currículo nacional:

A EA correu o risco de se tornar, por decreto, uma disciplina obrigatória no currículo nacional, mas o que os burocratas e oportunistas de plantão não contavam era encontrar a resistência dos profissionais mais conhecidos da área, evitando assim que se transformasse em mais uma banalidade pedagógica, perdendo todo o seu potencial crítico e questionador das nossas relações cotidianas com a natureza, artes, conhecimentos, ciência, instituições, trabalho e com as pessoas que nos cercam.

O ser humano, de posse dos seus direitos e deveres, terá condições, ainda que em longo prazo, para reverter o atual quadro dos problemas ambientais, dos quais possuímos significativa parcela de responsabilidade.

Percebemos que o trabalho coletivo é a melhor maneira de atualização e reflexão sobre a ação educativa para a EA, pois o debate sempre traz novas ideias e informações, dúvidas e incoerências que levam a organizar o pensamento, reafirmando ou modificando posições. Trabalhando coletivamente, o indivíduo sente-se fortalecido com o grupo, porque sabe que conta com o apoio de outros que estão lutando pelo mesmo ideal e que pode partilhar e discutir, dificuldades e preocupações do âmbito social. Desta forma, concordamos com Reigota (2002, p. 79), quando afirma que a escola é um espaço privilegiado para o diálogo:

A escola tem sido historicamente o espaço indicado para a discussão e o aprendizado de vários temas urgentes e de atualidade como resultado da sua importância na formação dos cidadãos. É evidente que a escola deve estar sempre aberta ao conhecimento, inquietações e propostas de sua época, procurando consolidar inovações pedagógicas que contribuem para continuar cumprindo seu papel social.

Sendo assim, a escola há de ser um lugar onde se dá continuidade aos saberes e se sedimenta a capacidade de construir conhecimento, considerando a condição primordial da oportunidade de desenvolvimento. Em termos de educação, não é o caso de esperar criatividade produtiva, nem mesmo entre os professores, como regra geral. Mas é sempre o caso de esperar que pelo menos se consiga reconstruir o conhecimento, em vez de apenas reproduzi-lo e que essa reconstrução ocorra no coletivo.

TRABALHO COLETIVO NO ÂMBITO ESCOLAR: SONHO E UTOPIA

A escola, como espaço de trabalho, deve assegurar o desenvolvimento de todos os seus atores onde o trabalho é o melhor meio de atualização e reflexão sobre a ação educativa de seus profissionais.

É através do trabalho coletivo que a escola pode se transformar num espaço privilegiado de formação, não apenas para os alunos, mas para todos nela envolvidos. Esse trabalho coletivo exige um comprometimento num sentido em que todos devem conhecer a escola bem como sua dinâmica no dia-a-dia. Uma gestão escolar flexível se faz necessária para que todos tenham envolvimento em seu meio.

No trabalho em equipe todos os integrantes crescem devido às trocas de experiências e à junção de suas ideias e sonhos. Sabe-se que o ser humano é, ou pelo menos deveria ser, um indivíduo eminentemente social e, sendo assim, precisa do outro, construindo sua identidade através desta interação. Percebe-se que muitas vezes uns servem de referência para outros, o que torna as ações mais efetivas.

Não podemos esquecer que coletividade implica o trabalho em conjunto, através da troca de ideias, experiências e discussões que buscam levar a um consenso, mas que, para isso, o grupo deve trabalhar de uma forma democrática. Gandin (2001, p. 100) alerta que democracia é um ponto fundamental para o ser humano, pois, “[...] a democracia será, provavelmente, a salvação da humanidade.” Mas a democracia não é apenas nem principalmente o que estamos acostumados a ouvir: votar. Democracia é, essencialmente, participar, discutir e debater.

O debate sempre traz novas ideias e informações, dúvidas e incoerências que levam à reflexão, ajudando a organizar o pensamento, reafirmar ou modificar

posições. Esse processo torna mais claro para todos as relações entre os trabalhos de cada um, ajudando na escolha de práticas pedagógicas mais compatíveis com as metas estabelecidas.

A participação, segundo Vasconcellos (2005 p. 51):

É um valor, é uma necessidade humana (o homem se torna homem pela sua inserção ativa no mundo da cultura, das relações, etc.). É uma questão de respeito pelo outro, de reconhecimento de sua condição de cidadão, de sujeito do sentir, pensar, fazer, poder.

Essa participação abordada deve ser uma participação dialógica, onde o indivíduo sinta-se convidado a participar expondo suas ideias, dúvidas, críticas, falando de sua vivência e contribuindo para uma tomada de decisões, nesse sentido o indivíduo não estará somente expondo suas ideias e posições, mas também aprenderá a ouvir, a criticar, a elogiar, a interagir junto ao outro numa construção coletiva de conhecimentos, estará falando como o outro e não apenas ao outro.

Essa participação nos trabalhos coletivos exige de cada participante um comprometimento sério nas tomadas de decisão e para mudar o que está sendo proposto exigirá dos envolvidos certa paciência, pois toda mudança é um processo que não se atinge de um momento para o outro, e que deve exigir um amadurecimento desses.

Dessa forma, a gestão escolar deve estar aberta a sugestões e incentivar a participação de todos nas tomadas de decisões. Não pode fechar-se em si mesma em prol de interesses próprios. Precisa perceber que todos os envolvidos no âmbito escolar devem contribuir para a formação da identidade da escola.

A gestão democrática da escola exige uma pedagogia da organização e condução administrativa, no sentido de como se darão as relações internas de poder e do poder social internalizado na escola. Gandin (*apud* DAMKE, 2001, p. 16), nos coloca que, “[...] o planejamento tem a difícil função de organizar a ação sem ferir a liberdade e a riqueza dos participantes do grupo [...]” uma prática que sublinha a participação, a democracia, a liberdade.

O planejamento dentro da escola não deverá ser uma rotina burocrática, pode e deve ser um instrumento vivo, que permita a todos organizarem e concretizarem ideias e ações de seu trabalho, fazendo a ponte entre as metas e prioridades da escola e sua operacionalização no cotidiano, tendo, porém a clareza que os objetivos podem ser alcançados em longo prazo.

O planejamento idealizado como vivo deve ser contínuo e exigir a dedicação de todos os envolvidos. Sobre a concepção que mais contribui a esse trabalho é a de

planejamento participativo proposto por Padilha (2001, p. 34-35) numa visão ampla que pode ser pensada no âmbito escolar:

O planejamento participativo 'se constitui num processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão, tomada pela maioria, em benefício da maioria'.

Essa concepção ampla de planejamento deve ser a adotada no âmbito escolar, pois envolve todos que participam de sua dinâmica sejam segmentos administrativos, pedagógicos, técnicos, alunos, pais, todos unidos em prol de uma proposta educativa que venha atender as necessidades da comunidade onde esteja inserida, dessa forma, tornando-se um processo político.

Quando se descreve como constituído num processo político todos os envolvidos estão reunidos para decidir interesses comuns e participarem de forma coletiva nessas decisões, na qual deverá ser propostas soluções para os problemas surgidos, reforçar as ações que deram certo, tornando-se assim, sujeitos desse processo de forma autônoma e descentralizando o poder que pode ocorrer no interior da escola, serão os sujeitos das ações.

Sendo assim, acreditamos que a educação é política, não podendo haver desvinculação, pois todos os atos emanam de atos políticos, pois devem procurar atender a demanda de determinado grupo. Ou seja, tudo em seu meio deve ser pensado em prol dos envolvidos, na concepção de homem que se quer formar, o tipo de profissional que deve estar envolvido, bem como a sua própria função e responsabilidade para com a comunidade. Essas ações se transformam em um ato político.

Cabe ressaltar que a participação do maior número de envolvidos nessas tomadas de decisões é que fará com que se efetivem suas ações, esse espaço de poder e política que é a escola, deve ser um local em que o trabalho coletivo impere. Padilha (2001, p. 22) sobre a questão política na escola, afirma:

A escola, espaço de relações sociais humanas, é um campo propício para a discussão política, pois, ser político nesse âmbito é conhecer profundamente essa instituição em todas as suas características. É compreender como são estabelecidas as relações de poder no seu interior e, saber avaliar como isso repercute nos serviços que a unidade escolar oferece a comunidade.

O papel da escola, assim, é de ser lugar próprio onde se inicia e se sedimenta a capacidade de se construir conhecimento, considerando a condição primordial da oportunidade de desenvolvimento. Em termos de educação, não é o caso de esperar sempre criatividade produtiva, ou seja, novas descobertas, ainda que isso possa ocorrer, mas é sempre o caso de esperar que pelo menos se consiga reconstruir o conhecimento, em vez de apenas transmiti-lo e que essa reconstrução ocorra no coletivo. Nesse processo, um papel importante cabe ao diálogo de seus atores, pois esse deverá servir como exercício da democracia onde as discussões, debates, trocas de experiências serão respeitadas.

Devemos lutar para que as ações no âmbito escolar e suas decisões sejam tomadas de forma participativa, buscando o envolvimento de todos para que seu resultado seja mais eficaz. Não podemos compactuar com uma gestão autoritária, devemos lutar para que as ações e atitudes sejam uma forma a contribuir para uma coletividade em seu meio. Sendo assim, estaremos caminhando rumo a uma busca ou até mesmo a um resgate da cidadania de todos os envolvidos.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O nosso propósito, quando realizamos este estudo, foi verificar de que maneira é realizada a construção do projeto político-pedagógico, bem como a forma de vivência da proposta de Educação Ambiental no momento de sua elaboração. Após ter descrito os caminhos da pesquisa e o referencial teórico que permeiam nosso estudo, apresentamos dados e análises sobre o processo do projeto político-pedagógico da escola e a presença da Educação Ambiental. Foram sujeitos desta pesquisa um grupo de dez informantes (nove profissionais da escola e uma mãe). Todos os profissionais apresentam qualificação adequada para sua área de atuação na escola

Dessa forma, após análise do questionário, foi necessário criar “pilares”¹ que surgiram através das respostas dos informantes. Está estruturada essa parte em quatro pilares:

- Concepções e práticas de Educação Ambiental;
- a Educação Ambiental e seu referencial para a escola;
- a Educação Ambiental e o trabalho coletivo, e
- a Educação Ambiental e o projeto político pedagógico da escola: uma articulação possível.

¹ Utilizamos esse termo por considerar que venha sustentar o que emergiu da análise dos dados em minha pesquisa, considerando pilar como tudo aquilo que sustenta uma estrutura – sendo assim, este trabalho.

PILAR I- Concepções e Práticas de Educação Ambiental

A concepção de Educação Ambiental em uma visão mais ampla sobre seu significado procura destacar que o comprometimento é fundamental para que suas ações ocorram. Dessa forma a interação de todos os interessados é destacada com um propósito para se realizar a Educação Ambiental.

Assim, pensar sobre a Educação Ambiental relacionada com a natureza² é apresentar um conceito restrito, perdendo o significado realmente de sua proposta apresentando uma visão reducionista. Na resposta de alguns informantes³ quando é perguntado sobre a sua concepção de Educação Ambiental, surge:

Conscientização à preservação do meio ambiente, (INF.5).

Conscientização do aluno em relação ao meio que vivemos. Preservar, cuidar, criar um ambiente propício para vivermos. Atingindo a todos, sensibilizando o aluno para a conservação do ambiente escolar, do lar da cidade, e do planeta, (INF.6).

Regular, não sujar rios, cortar árvores, (INF.9).

Sempre cuidar das plantas, (INF.10).

Ressaltamos que para alguns envolvidos na comunidade escolar a educação está relacionada somente com a preservação do meio ambiente e com questões relacionadas à natureza. Muitos profissionais ainda não percebem que no momento de interação com o outro, a Educação Ambiental está acontecendo, pois a defendemos como uma proposta coletiva.

Em alguns momentos percebemos ser necessária a discussão sobre o tema, mas que envolva a participação direta de todos, e que a partir dos seus questionamentos sejam realizados grupos de estudos em busca de respostas para refletir sobre esse tema.

Às escolas, sendo lugares do processo ensino-aprendizagem, são atribuídas muitas vezes grandes responsabilidades. Para isso devemos estar preparados para o novo, e seus profissionais aptos para responder aos questionamentos dos grupos nos quais atuam. Mas essa visão fechada muitas vezes sobre a Educação Ambiental está mudando e acreditamos talvez que o próprio comprometimento do profissional para ir à busca de informações que venham enriquecê-lo em sua caminhada quer na profissional ou pessoal, é fundamental que construa suas próprias concepções sobre aquilo que pesquisa. Percebemos essa mudança na descrição de alguns informantes:

² Destacamos aqui aspectos referentes à fauna, flora, à reciclagem de lixo, ao cuidar do meio ambiente excluindo o homem.

³ Desta forma é como estão caracterizados nossos sujeitos da pesquisa.

É uma educação voltada para a formação integral, voltada principalmente para o ser humano, valorização da vida num sentido amplo: respeito mútuo, valorização da cultura, relação pessoal, defesa do meio-ambiente, etc, (INF.7).

Um trabalho que visa à formação integral do ser humano, buscando sua conscientização na valorização do meio-ambiente, de sua cultura, seus valores, etc, (INF.8).

O profissional que realmente valoriza o seu trabalho buscará respostas para seus questionamentos, e com isso estará ampliando e criando novos conceitos sobre aquilo que o inquieta, ou seja, vai além do saber sistematizado, construindo seu conhecimento.

Ao questionar os sujeitos de pesquisa sobre a prática da Educação Ambiental, em seu âmbito procuramos descrever que embora estejam vivendo a Educação Ambiental constantemente, pois a defendemos como um processo diário de interação e como sendo a própria educação, esses não a percebem como processo de interação, acreditando em propostas isoladas para sua execução:

Sensibilização da comunidade através de passeatas, distribuição de panfletos, relacionados a temas trabalhados (água, lixo, consumismo, desperdício, etc.) discussão dos temas com os alunos, construção de maquetes e outros trabalhos afins, (INF. 4).

Conscientizando os meninos, limpeza do pátio, não jogando papel no chão, separando lixo, (INF.9).

Com passeios e visitas ao redor da escola, (INF.10).

Embora a Educação Ambiental seja presença constante diariamente em nossas vidas, sua proposta ainda ocorre de forma fragmentada em alguns momentos, pois alguns sujeitos a percebem e atribuem seu significado a práticas de conservação e observação do meio ambiente.

Os momentos destacados na fala dos informantes citados também são significantes, pois na atualidade é necessário que se preserve o meio onde vivemos; mas a proposta de Educação Ambiental não pode limitar-se à forma, pois os momentos em que estamos no grupo despertando a comunidade para os malefícios causados ao ambiente através desse contato, interagindo com os outros, a estamos realizando. O mesmo ocorre com o comprometimento de alertarmos para uma conscientização dessa preservação, pois estaremos proporcionando momentos para que os sujeitos reflitam sobre seu papel social no que se refere ao meio.

No próprio registro dos informantes percebemos a atribuição que é dada ao trabalho da Educação Ambiental, quando questionados sobre sua prática:

Sim. Através de projetos, palestra e presença nos planos de curso de professores e áreas afins, (INF.2).

Sim. Através das aulas sobre meio ambiente enfatizado pelos seguintes assuntos: reciclagem de lixo, o problema da água no planeta, a limpeza da sua cidade, poluição do ar, poluição sonora, enchentes, desmatamentos, (INF.6).

Ou ainda apresentando uma visão totalmente conservacionista e de cuidado:

Sim, diariamente através do cuidado da casa, limpeza, (INF.9).

Sim tem um jardim em casa, (INF 10).

A prática da Educação Ambiental na escola e na atuação dos seus profissionais ocorre na maioria das vezes através de projetos (com tempo finito). Esses são elaborados a partir da necessidade de trabalhar o meio ambiente e destacar a sua importância para o homem, despertando assim para a sua conservação. Não podemos esquecer que esse homem também é parte do meio e suas ações irão destruí-lo se ocorrerem de forma inadequada. O que o homem fizer ao meio, estará fazendo para si mesmo.

Ainda percebemos, através dos relatos que os profissionais comprometem-se para ir além da conservação do meio ambiente, apresentando uma visão diferenciada da grande maioria quando questionados sobre a sua prática e a Educação Ambiental, destacando a importância dela em nosso dia-a-dia:

Sim, pois ela faz parte do nosso dia-a-dia, do nosso viver, nossas ações, (INF 7).

Sim, pois o trabalho com E. A. faz parte do nosso dia-a-dia, de nossas ações, (INF. 8).

Destacamos que faltam reflexões para que os sujeitos percebam em sua vivência a Educação Ambiental além das propostas apresentadas anteriormente, mas acreditamos que esse é um processo lento, e que com a busca de informações sobre o tema irá proporcionar que essa concepção fragmentada e limitada, em alguns momentos, se modifique, mas sem esquecer que seja realizada também de forma coletiva, a que defendemos nesse trabalho, porém, não desvalorizando o trabalho individual que possa ocorrer.

PILAR II- Educação Ambiental e seu Referencial para a Escola

Através da análise percebemos que a rede pública estadual não apresenta um referencial, mas possibilita ações para que a Educação Ambiental se desenvolva em sua rede. Sendo assim a preocupação em despertar para o trabalho de Educação Ambiental é presente nessa jurisdição atendendo os municípios que fazem parte dela.

Segundo os relatos dos informantes, pretende-se construir na inter-relação escola, família e aluno, uma concepção articulada de mundo e natureza, através da superação da visão dicotômica entre homem e meio ambiente. Dessa forma a escola propõe-se capacitar o aluno a exercer seu papel de cidadão do mundo, consciente de ser parte de um Universo em constante transformação e de se responsabilizar por ele. Embora se perceba muitas questões relacionadas ao meio ambiente e à natureza na escola através da fala dos informantes:

Temos projetos viabilizados pela secretaria em parcerias com as escolas e outros órgãos, (INF. 4).

Através de projetos e outros, (INF.7).

Apesar disto, alguns informantes da escola citam que para trabalhar a Educação Ambiental, várias ações se fazem presentes. Percebemos embora que não a conhecem na escola descrevendo alternativas para o trabalho de Educação Ambiental, entre algumas respostas, destaco:

Sim. Existem alguns cursos que têm a participação de todas as escolas (alguns professores de cada), (INF. 5).

Sim todas as escolas discutem esse assunto (meio ambiente) e todas se empenham nesta questão de

Educação Ambiental, (INF.6).

Não, cada escola adota os seus planos, (INF.1).

A Educação Ambiental como é percebida, ocorre nessa escola, mas a falta de conscientização sobre seu verdadeiro sentido ainda está, conforme percebemos, em processo de construção. As próprias ações descritas anteriormente pelos informantes 5, 6 e 1 fazem parte da proposta de EA. Ao descreverem que o processo de construção para uma proposta de Educação Ambiental ocorre de forma conjunta, já estão realizando Educação Ambiental, mas não a percebem ainda.

PILAR III- A Educação Ambiental e o Trabalho Coletivo

As ações que a Educação Ambiental proporciona, acreditamos que devam se efetivar através do trabalho coletivo. Trabalho esse que deve ser integrado por sujeitos que acreditam que através do coletivo seu comprometimento seja reforçado, permitindo tomada de decisões que levem à construção de um novo conhecimento.

Trabalhando no coletivo, todos se sentem fortalecidos com o grupo, porque sabem que contam com o apoio de outros que “estão no mesmo barco”, com quem podem partilhar e discutir dificuldades e preocupações do âmbito escolar. Nas reuniões, as trocas de experiências fazem com que cada participante se torne um recurso de aprendizagem para os outros, pois, é através da interação com o outro que o ser humano constrói conhecimentos.

Por considerar a Educação Ambiental como a própria educação libertadora proposta por Freire, (1980) percebemos que a coletividade deve estar presente como forma de unir forças, proporcionar discussões para que os objetivos sejam atingidos.

Através de nosso instrumento de pesquisa observamos que os informantes concordaram que a Educação Ambiental está relacionada com o trabalho coletivo, mas ainda todos acreditam que essa relação ajudará somente o meio ambiente:

Sim. A Educação Ambiental deveria ser um trabalho coletivo, pois os problemas que enfrentamos em relação ao meio ambiente atingem a todos, (INF. 6).

Sim, porque a Educação Ambiental não se pode fazer sozinho, pois sozinho não se consegue nada, (INF.9).

Sim, Se todos ajudassem ficaria bem melhor, (INF.10).

A própria interdisciplinaridade através da metodologia de projetos aparece como proposta para se trabalhar a Educação Ambiental na escola:

Sim, interdisciplinaridade, (INF. 3).

Em parte. Precisamos “ainda” desenvolver e aprender a trabalhar uma pedagogia de projetos, interdisciplinarizando os conteúdos e tendo uma prática coletiva, (INF. 4).

Destacamos que a interdisciplinaridade é vista aqui como uma junção de conteúdos conforme o INF. 4 e as relações que podem aparecer a partir desse trabalho. Os profissionais enfatizando a prática interdisciplinar estarão realizando uma Educação Ambiental que proporciona uma tomada de decisões no coletivo, e essa prática poderá ser um projeto com que possa contemplar as disciplinas da escola, e a sua construção de forma integrada.

Sim um projeto para alcançar os objetivos deve ser amplamente trabalhado por todos os professores e funcionários da escola, (INF. 5).

Direcionando seus projetos e realizações (metas) para a EA como foi feito aqui na escola, (INF. 6).

Hernández e Ventura⁴ (1998, p. 61) destacam que a proposta de se trabalhar por projetos auxilia a construção de um conhecimento globalizado contribuindo para a integração dos conteúdos:

A função do projeto *é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas* ou hipóteses que facilitam aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

Ainda destacam:

Definitivamente, a organização dos projetos de trabalho se baseiam fundamentalmente numa concepção da globalização entendida como um processo muito mais interno do que externo, no qual as relações entre conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que traz consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem. Esta seria a ideia fundamental dos projetos. (p. 63)

A importância da participação de forma efetiva se torna necessária para que todas as ações sejam pensadas e repensadas para atingir as propostas dos envolvidos. Essa participação deve ser de forma comprometida e que todos possam ser sujeitos do processo, atuando como autores no momento de sua elaboração. Na escola encontramos diversos trabalhos que exigem o envolvimento de todos, para realização de ações que a tornem um lugar mais prazeroso e local onde se efetivam propostas para a melhoria da qualidade do ensino a que se propõe e a qualidade de vida.

Dessa forma, esse trabalho coletivo configura uma maneira privilegiada de aprendizagem, uma vez que, ao relatar uma atividade bem sucedida, o ser humano não só organiza e reconstrói seu saber-fazer, como desperta e provoca o grupo, gerando confiança entre os temerosos quando diz, por exemplo, “pode fazer, que já deu certo”. Sendo assim, os indivíduos participam de uma democracia com autonomia em que, todos interagem no processo, tornando as tomadas de decisões em ações concretas e efetivas.

4 Os grifos da citação são dos autores.

A proposta de um projeto de Educação Ambiental é sugerida através do envolvimento de todos da escola, como realizado na escola da pesquisa.

PILAR IV- A Educação Ambiental e o Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma articulação possível

Considerando que a Educação Ambiental é uma proposta que deve ser realizada no coletivo, embora suas ações também possam ser em realizadas de forma individual, acreditamos que no momento de elaboração do projeto político-pedagógico, essa já está presente, mas também durante as tomadas de decisões que irão definir os passos a serem seguidos durante sua elaboração.

A construção do projeto-político pedagógico requer um processo de cumplicidade, em que todos os envolvidos serão autores de sua proposta, dessa forma, devem lutar para que os objetivos propostos sejam atingidos. Para participar de sua elaboração os envolvidos devem ter consciência e conhecimento da realidade onde estão inseridos, pois o projeto vem destacar ações que sejam percebidas nessa realidade reforçando as positivas ou criando novas para aquelas que não deram certo, tentando superá-las. Veiga (1995 p. 13) ressalta:

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva. Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

A elaboração do projeto-político pedagógico deve ser um momento de reflexão, discussão e debates, para que todos possam ser ouvidos respeitando suas considerações. É o momento de reivindicação, de pensar no contexto, de procurar atingir interesses coletivos, pois é uma ação política, buscando atender a uma demanda, através de propostas para realizá-las a partir de suas ações.

O projeto político-pedagógico é uma proposta da escola que se propõe atingir metas em todos os seus segmentos, ou seja, pedagógicos e administrativos e essas poderão ser realizadas se houver a participação de todos. Ao perguntar sobre a concepção do projeto político pedagógico os informantes da pesquisa assim relatam:

Projeto político-pedagógico faz parte das diretrizes que a escola irá adotar para atingir os objetivos na formação de seus alunos, (INF.1).

São os objetivos trabalhados pela escola junto aos alunos priorizando as metas a serem alcançadas, (INF. 5).

Dessa forma o projeto político-pedagógico vem atender a uma demanda específica que é o aluno na visão dos informantes, mas seus objetivos como citados anteriormente, devem ser pensados para todo o âmbito escolar.

A escola não se limita só em atender seu aluno, os objetivos que procura atingir devem ser amplos, pois não podemos esquecer que em seu meio também fazem parte segmentos pedagógicos como a própria formação continuada dos profissionais que atuam nela, bem como administrativos, além de haver uma preocupação com a comunidade onde esteja inserida.

O projeto político-pedagógico ao ser construído, passa a ser a própria identidade da escola, pois se vislumbrando propor ações que venham contemplar todo o seu âmbito, criando com isso um referencial para esse, procurando que todos devam contribuir para formação dessa identidade. Esse está explicitado por alguns informantes quando questionados sobre a concepção do projeto político-pedagógico:

É um projeto que envolve corpo docente, discente, comunidade escolar que visa enfrentar os desafios do cotidiano escolar de uma forma reflexiva, consciente, organizada, tendo como ponto de partida uma formação integral do aluno possibilitando uma atuação plena na sociedade, (INF.7).

É um projeto que parte de um planejamento que conta com a participação do corpo docente, discente e toda comunidade escolar, visando buscar caminhos e solucionar os desafios encontrados na escola. É participativo, reflexível e consciente, (INF.8).

Percebemos o compromisso que alguns informantes têm em compreender o projeto político pedagógico de forma ampla, onde a participação de todos seja importante para provocar mudanças e apontar soluções, embora também haja quem não o conheça na escola.

Não entendo o que é, (INF.9).

Não sei, (INF. 10).

Acreditamos que a escola utilizada como ambiente de pesquisa não deva proporcionar discussões sobre o projeto político-pedagógico, embora tenha sido

destacado que a proposta é realizada de forma educativa e que há ausência de pais nas reuniões, pois trabalham no período em que são marcadas as reuniões.

A importância de envolver toda comunidade escolar é primordial para que as ações se efetivem, pois ao participar todos darão sugestões e essas acontecerão com o envolvimento coletivo. É um processo de ajuda mútua na qual a maioria irá contribuir para atingir um objetivo comum.

Mas mesmo assim alguns segmentos ficam de fora sendo considerados apenas esses como importantes para a sua elaboração e execução.

Através de reuniões de professores e funcionários, tendo em vista as necessidades e planos, para atingir os objetivos que a escola se propõe, (INF. 1).

De forma coletiva com a participação de todos os professores, (INF. 3).

De forma integrada com participação dos professores, direção e especialistas, (INF. 5).

O professor, conforme análise, é figura presente na elaboração do projeto político-pedagógico, acreditamos por estar ligado diretamente com o processo de ensino aprendizagem, sendo assim um dos maiores responsáveis em contribuir na sua elaboração, pois atuam com o aluno, fazem parte de colegiados, e podem colaborar muito nos segmentos pedagógicos e administrativos, pois o vivenciam a todo o momento enquanto estão na escola.

Percebemos, também, que a participação da comunidade escolar não está presente conforme o depoimento acima dos informantes, embora alguns destaquem que há participação de toda a comunidade escolar quando questionados como é elaborado e executado o projeto político-pedagógico:

Em discussão com os professores/funcionários da escola; o colegiado e sugestão dos pais, (INF. 4).

Com alguns membros da comunidade escolar (pais) com o corpo docente, (INF. 8).

A própria maneira como é elaborado o projeto político-pedagógico é destacado em algumas respostas e percebemos ser esse um momento coletivo dentro da escola que visa contribuir para as trocas de experiências e maior integração do grupo em seu âmbito:

Através de questionários, questionamentos. Procurando estabelecer normas e atitudes para melhorar resultados, (INF. 6).

Através de debates, discussões, encontros num senso comum, (INF. 7).

Já participou de reuniões com os diretores, funcionários e colegiados (diretora, funcionários, segmento comunidade, pais e professores), (INF. 9).

Esses momentos são fundamentais na elaboração do projeto, pois a colaboração que o grupo irá proporcionar é de importância para a escola, para os resultados e sociedade. Os anseios, as angústias deverão surgir em prol de modificar a situação presente, buscando adequá-la à realidade da comunidade escolar. É hora de todos repensarem em seus papéis e perceberem que são importantes nesse momento, todos têm contribuições a dar, independentemente da função que exercem na comunidade escolar.

A elaboração do projeto político-pedagógico propõe que a Educação Ambiental esteja presente, pois os sujeitos estarão interagindo entre si, através de inquietamentos, reivindicações, sugestões levando em um consenso essa construção.

É dessa forma que percebemos a Educação Ambiental, pois é impossível realizá-la sozinho, pois sua proposta deve se dar em função do outro e de mim mesmo para modificar ou perpetuar o meio onde se vive. Dois sujeitos da pesquisa percebem esse momento somente como a preocupação em propor atividades para o meio ambiente:

Sim, A EA é uma política que resguarda o meio ambiente e o PPP é o projeto político pedagógico que deve viabilizar essas questões, (INF 4).

Sim, onde se trabalha o ser humano, faz-se necessário trabalhar sua relação com o meio ambiente, (INF. 8).

Outros informantes deixam bem abertas suas respostas que me sugerem, diversas interpretações e/ou questionamentos: esses percebem a Educação Ambiental de forma ampla indo além da conservação do meio? ou percebem a Educação Ambiental como processo de interação homem x homem x meio e suas dinâmicas constantes?

Sim, através do PPP, poderá conseguir os objetivos EA, (INF. 1).

Sim, pois a EA está dentro de qualquer proposta pedagógica, (INF. 6).

Sim, pois a EA faz parte do PPP isto é, está inserida no mesmo, (INF.7).

Retomamos nossa análise inicial para tentar perceber as respostas acima, que tipo de relação é colocada entre projeto político-pedagógico e Educação Ambiental através das próprias respostas dos informantes sobre suas concepções de Educação Ambiental, e somente o INF. 7 tem a visão ampla de Educação Ambiental, considerando “uma educação voltada para a formação integral, voltada principalmente para o ser humano”. Os demais apresentam ainda a visão de preservação do meio ambiente, uma visão ainda conservacionista e não percebendo, porém, o processo de interação entre homem x homem que possa surgir.

Ou ainda, a visão de se trabalhar com metodologias na qual o próprio processo de interação no momento da construção do projeto não é considerado como Educação Ambiental, mas já a estão fazendo de acordo com o relato abaixo:

Sim. Estabelecido os objetivos o PPP e a EA estando incluída como um dos objetivos, seriam estabelecidos estratégias e projetos a serem desenvolvidos, (INF. 5).

O projeto político-pedagógico contribuiu para que a Educação Ambiental seja trabalhada no seu cotidiano. Mas esse trabalho não se refere somente a ações propostas que venham destacar a preservação do meio. Essa contribuição vai além, o próprio processo de trabalho coletivo que ocorre dentro da escola já é Educação Ambiental. As interações entre os envolvidos, na escola é a Educação Ambiental. De acordo com a visão de alguns informantes, a Educação Ambiental é colocada como algo à parte, no projeto político-pedagógico:

Colocando a Educação Ambiental como uma parte do PPP, (INF. 1).

Quando inserido como prioridade no cotidiano da escola, (INF. 3).

Desde que o PPP tenha como uma de suas prioridades a EA, (INF. 5).

Direcionando seus projetos e realizações (metas) para a EA como foi feito aqui na escola, (INF. 6).

Dando um direcionamento aos trabalhos possibilitando uma atuação mais efetiva e solidária, (INF. 7).

A Educação Ambiental nessa visão está sendo considerada como proposta de trabalho esquecendo as relações e as ações que ocorrem no meio como a própria Educação ambiental.

Quando destacamos, anteriormente, de que forma se pode trabalhar a Educação Ambiental na escola, as respostas dos informantes nos direcionam para atividades isoladas (passeatas, passeios, visitas, campanhas) o que confirma nosso posicionamento em afirmar que essa ao fazer parte do projeto político-pedagógico (de acordo com os informantes), ocorre de forma isolada, e os informantes não consideram as relações que acontecem durante a sua construção.

Defendemos a Educação Ambiental como uma educação que deve ocorrer de forma coletiva. Educação essa, que deve estar atrelada aos seres humanos numa busca de igualdade, solidariedade e cumplicidade, e, o momento de elaboração do projeto político-pedagógico, deve ser assim. Não podemos mais realizar ações isoladas em nosso meio, necessitamos um do outro para que nossas propostas se concretizem e atinjam o sucesso esperado.

Ao participar de atividade em grupo estaremos realizando Educação Ambiental, e isso é percebido também por alguns informantes no momento de elaboração do projeto político pedagógico e quando questionados, se a Educação Ambiental, nesse momento, se faz presente, embora outros informantes sobre esse questionamento não respondessem:

Em todos os momentos, (INF. 1).

Em todos os momentos em que visa as formas da educação, como fazer o desenvolvimento da educação do educando, (INF. 7).

No momento em que se trabalha o ser humano e sua relação com o mundo, (INF. 8).

Acredito que em todos níveis, porque a EA se refere aos cuidados e melhoria da escola, a formação da cidadania dos educandos, (INF. 4).

Após análise e a criação dos pilares, acreditamos que muitos procuram novos meios para que a Educação Ambiental ocorra dentro da escola, não percebendo, porém, que essa busca, essa troca de experiências que pode ocorrer com o outro é a própria Educação Ambiental defendida por nós nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização desse estudo fomos impulsionados pelo objetivo de buscar percepção de que concepções de Educação Ambiental perpassam no momento de elaboração do projeto político-pedagógico. Dessa forma percebemos que a preocupação do grupo participante da pesquisa é pensar esse momento de forma isolada, em que a elaboração de projetos que a contemple esteja presente.

Ainda estão atrelados a uma visão reducionista, pois não conseguem identificar a Educação Ambiental como um processo amplo, as relações sociais homem x homem x meio estão presentes, tendo muitas vezes a percepção de conscientização à preservação ao meio ambiente, esquecendo as interações entre os sujeitos.

Mas como descrito anteriormente, essa maneira de pensar está sendo construída no âmbito escolar onde foi realizada a pesquisa, destacando-se a importância de todos nas tomadas de decisões. Através de nossa análise e sistematização dos dados, constatamos também que a forma de construção do projeto pedagógico se dá de forma integrada conforme relatos de alguns informantes - embora alguns não tenham conhecimento desse projeto - como foi o caso de dois informantes que responderam o questionário.

Atingimos nossos objetivos específicos: levantando a concepção de Educação Ambiental do grupo que se dá em grande parte de forma conservacionista em relação ao meio ambiente, mas que por si é considerada como Educação Ambiental, mas não somente; identificando as formas como ocorre a Educação Ambiental percebendo que essa acontece de forma a ser contemplada em projetos propostos para serem desenvolvidos pela escola, ou seja, de forma ainda um pouco fragmentada conforme análise, mas que muitas vezes conta com o trabalho coletivo; e analisando como foi construído o projeto político-pedagógico. Buscando informações sobre a Educação Ambiental, identificamos que o grupo não percebe o momento de elaboração desse projeto pedagógico como Educação Ambiental, mas sua proposta contempla atividades para que ocorram a Educação Ambiental na escola.

Em relação ao problema proposto - De que forma é realizada a construção do projeto político pedagógico bem como a forma de vivência da proposta de Educação Ambiental no momento de sua elaboração? - constatamos que a elaboração do projeto político-pedagógico da escola pesquisada se dá de forma integrada, mas não da maneira que é defendida por nós nesse estudo, pois acreditamos que sua construção deva contar com a participação de todos do âmbito escolar, mas percebemos que o envolvimento nessa construção é em grande parte dos professores, não contando de forma efetiva com os outros segmentos da escola, no caso, por exemplo, dos pais.

Identificamos também que a Educação Ambiental nesse momento está presente, mas não é percebida pelo grupo que participa da elaboração do projeto político-pedagógico como um processo de interação, trocas de experiências, ou seja, estando presente no próprio trabalho coletivo.

Acreditamos que a escola ao proporcionar momentos de reflexão sobre a questão da Educação Ambiental em seu meio, a perceba como parte integrante do dia a dia dos sujeitos e, incentive para que todos participem das discussões em torno dessa,

percebendo-a como a própria educação, a qual está presente constantemente em nossas vidas, tanto em espaços formais como informais.

A educação continuada dos profissionais da escola deve se fazer presente também no espaço escolar para que dessa forma possa contribuir para a construção de um projeto político-pedagógico que venha atender à demanda da escola e da sociedade, demonstrando assim o comprometimento que todos devem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 1999.
- BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Obra Jurídica, 2003.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 2001.
- DAMKE, Hugo; DAMKE, Ilda Righi. Planejamento participativo nas escolas: retomando aspectos essenciais. **Revista da Educação AEC**, Brasília, n. 75, ano 19, p. 15-18, abr./jun., 2001.
- FERREIRA, Naura Syria Capareto. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura Syria Capareto et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2002.
- FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo: Loyola, 2001.
- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas (SP): Papirus, 2002.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Monteserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** São Paulo: Cortez, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RIBES, Eva Lizety. Escola e meio ambiente: um intercambio produtivo. In: LAMPERT, E. **Educação brasileira: desafios e perspectivas para o século XXI**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, porque manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SATO, Michele. **Educação ambiental**. São Carlos, SP: Rima, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. de A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.

